

A Masculinidade em Connell: os mecanismos de pensamento articuladores de sua abordagem teórica.

Silvio de Almeida Carvalho Filho*

Resumo

A obra *Masculinities* de R. W. Connell, publicada em 1995, tem sido erigida como um dos referenciais teóricos mais marcantes no campo de estudos sobre masculinidade. Pretendemos aqui realizar uma reflexão sobre os microsistemas, os mecanismos ou modelos de pensamentos, as soluções lógicas ou as atitudes coerentes, possuidores de orientações, congruências e encadeamentos sistêmicos, em suma, as “placas de coerência” escolhidas pelo autor para analisar o conceito de masculinidade.

Palavras-chave: Connell, masculinidade, gênero.

Abstract

The book *Masculinities* of R. W. Connell, published in 1995, has been erected as one of the remarkable theoretical marks in the field of studies on masculinities. We intend here to carry through a reflection on mycosystems, the mechanisms or models of thoughts, the logical solutions or the coherent attitudes, possessing of orientations, congruencies and systemic chainings, in short, the “plates of coherence” chosen by the author to analyze the concept of masculinity.

Key-words: Connell, masculinity, gender

A obra *Masculinities* de R. W. Coonnell, publicada em 1995, tem sido erigida como um dos referenciais teóricos mais marcantes no campo de estudos sobre masculinidade. Connell é um herdeiro crítico e, frequentemente, revisionista dos aportes teóricos trazidos pela prática clínica psicanalítica, em especial a freudiana, e pela Psicologia Social. Reconhecendo nessas tradições importantes instrumentos no exame da masculinidade, contudo, elas, sozinhas, não dão conta de uma compreensão mais holística do fenômeno, por isso, recorre às ciências sociais, em especial à Antropologia, à História e à Sociologia. Produziu também o seu lugar teórico instigado pela proposta pelo abandono do papel masculino opressivo contra mulheres declarada pelo movimento feminista e da postura homofóbica desse mesmo papel denunciado pela mobilização *gay*, na década de 1970, assim como pelo surgimento de um pequeno movimento de liberação masculina no mundo capitalista avançado, em especial nos Estados Unidos da América. Seu pensamento é tributário de uma história das mulheres, assim como dos estudos sociológicos, antropológicos e históricos sobre o gênero masculino, emergente nesse mesmo decênio. Em *Masculinities*, declarando haver um ecletismo ruim dessas diversas contribuições teóricas (CONNELL, 1995:7,

* Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) / Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP)

2

20-1, 23, 27, 39-40), sopesa as contribuições dessas, revelando, desse modo, os parâmetros fundadores do seu pensamento.

Connell, postulando o estímulo de uma política estratégica de questionamento sobre a masculinidade, mas consciente do caráter ora emancipador, ora controlador dos saberes, denuncia que as ciências da masculinidade podem surgir com um uso ou com outro, ou mesmo com ambos, daí a necessidade de submetê-las aos parâmetros da ética, da política e da justiça. Seguindo Joseph H. Pleck, em *The Myth of Masculinity*, publicado em 1981, afirma, de forma quase foucaultiana, que adotar qualquer normatividade dita “científica” em termos de gênero seria assumir uma espécie de política de gênero. Resistindo às categorias de “norma” e de “desvio”, acha necessário dar um lugar teórico para caracterizar as pessoas que não se enquadram nem masculino nem no feminino socialmente aceitos (CONNELL, 1995: 7, 25-7, 44).

Critica as definições essencialistas que colhem traços definidos como núcleo da masculinidade e penduram um rol de vidas de homens nesse. Para Connell, Freud flertou com uma explicação essencialista quando relacionou masculinidade com “atividade” em contraste com “passividade” pertinente à feminilidade, mesmo que o freudismo chegasse a ver essas equações como muito simplificadas (CONNELL, 1995:68).

A psicanálise freudiana influencia o pensamento de Connell na rejeição de que a sexualidade adulta e o gênero, portanto, a masculinidade, são fixados pela natureza, assim como lhe ajudou a revelar a dificuldade em se diferenciar de forma essencialista, não relacional e arbitrária a masculinidade da feminalidade. Denuncia haver, em nosso senso comum, uma apreensão física de virilidade e feminilidade, central na interpretação cultural de gênero, utilizadora das características biológicas para explicar as diferenças nos comportamentos sexuais. Exprobra o senso comum por ver o corpo como uma máquina natural produtora de diferenças de gênero tais como um programa genético, as diferenças hormonais e díspares papéis na reprodução (, por derivar uma verdadeira masculinidade do corpo do macho, tornando-o diretor da ação - o homem como mais agressivo, por exemplo -, ou como aquele que coloca limites à ação, tais como o “homem naturalmente não cuida de crianças” ou “a homossexualidade é perversão de uma minoria”. O seu julgamento torna-se mais acre quando essa postura é assumida por alguns psicólogos ou cientistas (CONNELL, 1995: 45, cf. 8-10, 44, 46, 52; KORIN, 2001:69).

3

Na verdade, Connell vê a masculinidade como um gênero em perfeita tradição com as feministas americanas que, ao criarem o conceito, desejavam insistir em uma qualidade fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo, repulsando o determinismo biológico implícito no emprego de termos, tais como “sexo” ou “diferença sexual”. Em outras palavras, compreender as relações sociais através de uma demarcação biológica é não entender os nexos entre os corpos e os processos sociais (SCOTT, Joan W. 1996:3; TORRÃO FILHO, 2005:129; CONNELL, 1995:43-44).

Connell, a partir de um intenso diálogo com as Humanidades, com a Psicanálise e com as Ciências Sociais, em especial com Foucault, vê o gênero e a sexualidade adulta como um longo “constructo” social e discursivo, elaborado por uma interação, às vezes, conflituosa. Logo, a masculinidade é uma complexa e, às vezes, uma precária construção. Revestindo o processo social toda a nossa percepção de corpos sexuados, concorda com Foucault que, como um corolário da produção de verdade dentro dos discursos, os corpos do homem tornam-se objetos sobre o qual eles e a sociedade trabalham através de práticas corporais, seja comendo, dormindo, asseando-se, exercitando-se. O poder da cultura generificadora é tal que, ao prescrever diferentes regimes de exercícios para homens e mulheres, produz diferentes corpos generificados. O corpo é inescapável na construção da masculinidade, mas esse inescapável não é fixo. Não há “o corpo”, mas corpos no plural e na diversidade, cada um deles com uma trajetória no transcursar do tempo. Através das práticas corporais-reflexivas, eles são tratados pelo processo social e desenhados na história, transformando-se em símbolos, signos e posições no discurso, sem cessar de serem corpos, pois a sua materialidade não está apagada, ela continua importando. As práticas corporal-reflexivas formam e são cultivadas por estruturas que têm um peso e uma solidez histórica, constituindo um mundo titular de uma dimensão corporal, biologicamente condicionada, já que os corpos não são meios neutros de prática social. Sua materialidade importa: eles farão certas coisas e outras não. Desempenham papel substantivo no agenciamento social, gerando e talhando trajetórias da conduta no trabalho, no sexo e no esporte. Em nossa cultura, o gênero masculino é, entre outras coisas, uma forma de comprometer e de se expressar, por exemplo, o esporte oferece uma forma uma exibição de virilidade. A constituição de uma masculinidade através do desempenho corporal pode revelar uma vulnerabilidade quando esse não puder ser cumprido por uma inabilidade física. (CONNELL, 1995: 9, 35, 49-50, 52, 54, 56, 58, 60, 64-5).

Entretanto, as teorias do discurso fizeram dos corpos apenas objetos da prática simbólica e do poder, mas não participantes, a experiência demonstra o contrário. Alguns corpos subvertem os arranjos para os quais foram socialmente convidados, não são apenas subversivos, mas podem ser igualmente gracejadores, isso se apresenta no desejo homossexual em uma sociedade hegemônica pelo paradigma heterossexual. O processo social pode distorcer, contradizer, negar, minimizar ou modificar diferenças corporais (*unisex fashion*), estabelecer dois gêneros (muito comum nos filmes de Hollywood), ou quatro (masculino, feminino, gays e lésbicas como na cultura da Europa urbana) bem como um grande espectro de variações trans-temporais ou trans-espaciais. Atualmente, a própria medicina, através da cirurgia plástica, repadora ou de redesignação sexual, participa nessa construção (CONNELL, 1995:50, 52, 58-60).

Connell critica como ficcional a concepção da sociobiologia que vê a masculinidade como a ampliação cultural das características físicas e de temperamento do homem, entendendo que estão errados o determinismo social e o biológico, assim como a combinação dos dois. Ambos níveis de análise não podem ser satisfatoriamente somados, pois não facultam serem mensurados. Em geral, o biológico sempre aparece como o mais real, o mais fundamental do par. Um compromisso entre a determinação biológica e a social não oferece base para uma avaliação de gênero. Connell sugere procurar outro caminho (CONNELL, 1995:46-7, 52).

Seguindo as feministas, apresenta a masculinidade e a feminilidade como conceitos relacionais, não passíveis de serem entendidos separadamente, assim como, usufruindo os estudos etnográficos, deplora uma generalização transcultural da masculinidade. Ao adotar tais tradições, exclui a possibilidade de uma ciência positivista da masculinidade (SCOTT:1990:5; CONNELL, 1995:33,43-4, 68; TORRÃO FILHO, 2005:129).

Seguindo os psicanalistas desde a década de 1930, atesta que a masculinidade adulta foi construída em reação à feminilidade e em conexão com a subordinação da mulher, todavia, assume, paradoxal e não contraditoriamente a essa tradição, a hipótese de Freud, de Melanie Klein e de Jung de que a masculinidade e a feminilidade, coexistindo em cada ser, fazem ambas parte do caráter do homem (CONNELL, 1995: 9-11, 12, 43).

Influenciado teoricamente por Foucault, pelas reivindicações do movimento feminista e *gay*, vê o gênero como uma metáfora de poder assim como a tendência da masculinidade dominante nos países capitalistas em se ligar à dominação sócio, política e econômica. O mundo

5

formado por práticas corporal-reflexivas é um domínio da política - a de gênero - socialmente corporificada (CONNELL, 1995, p. 25, 33, 42, 66).

O pensamento de Connell sobre masculinidade nasce em contraposição à teoria dos papéis sexuais, emergente nas ciências sociais durante a década de 1930, que identifica dois desempenhos, um feminino e um masculino, internalizados no processo de socialização. Concordando com o feminismo da década de 1970, critica aquela teoria por reduzir os gêneros feminino e masculino a duas categorias homogêneas, bem definidas, harmônicas e complementares, assim como não vê sempre como positiva a internalização dos “papéis sexuais feminino e masculino” socialmente tidos como padrão (CONNELL, 1995:22-3, 25, 27).

As práticas corporal-reflexivas não são individuais, pois abarcam relações sociais e simbólicas, envolvendo instituições de larga escala. Através desses treinos, são formados mais que vidas individuais: um mundo social é constituído. A masculinidade não funda um objeto individuado, mas um aspecto de uma ampla estrutura. A partir do contato com uma história generificada das instituições e da economia, Connell pensa a masculinidade não apenas como uma característica da identidade pessoal, mas a encontra presente nas relações sociais, nas instituições e no mercado de trabalho. A masculinidade não apenas aí se encontra, mas são por elas estabelecidas no mais íntimo grau, instituindo-se de forma historicizada (CONNELL, 1995: 27, 29, 36, 44, 64, 67).

Ao achar que as ciências e a tecnologia ocidentais são culturalmente masculinizadas por serem feitas majoritariamente por homens (CONNELL, 1995:6), Connell mostra que seu pensamento sobre as instituições as vê de forma passível de generificação. Portanto, se em uma instituição há a presença maciça de um dos sexos, há uma tendência dela se generificar. Será que podemos generificar as obras por uma mecânica dedução do gênero de seus produtores? Acharmos que mais importante que o gênero dos produtores são os esquemas de pensamento sobre gênero que percorrem uma determinada instituição.

Concordando com David Gilmore, na obra *Manhood in the Making*, certifica que, em nossa sociedade, a ideologia da masculinidade incentiva o homem a empenhar-se. Os trabalhadores manuais definem a sua virilidade, sobrevivendo às relações de exploração, através de qualidades ligadas ao trabalho, tais como a força, a resistência, um certo grau de insensibilidade, a obstinação, assim como declarando a sua superioridade sobre a mulher (CONNELL, 1995:33, 55).

Apesar de criticar fortemente a teoria dos papéis sexuais, o pensamento de Connell coloca-o como superior à psicanálise no considerar os papéis masculino e feminino como passíveis de serem transformados pelo processo social. Connell, como os psicanalistas existencialistas e como Lacan, vê as diferentes formas de gênero não como caracteres fixos, mas como diferentes formas de vida ou um sistema de relações simbólicas (CONNELL, 1995:19-20, 23).

Os comportamentos “ditos masculinos” variam, segundo Connell, ao longo do tempo e do espaço. A sua visão sobre a masculinidade afirma uma pluralidade delas através do tempo e do espaço. Já nos estudos da antropóloga Margaret Mead, realizados na década de 1930, encontra a diversidade cultural dos significados de masculinidade e feminilidade. A concepção fluida e não culturalmente autoreferenciada da masculinidade em Connell encontra lastro na obra *Guardiões das Flautas* de Gilbert Herdt sobre os Sambia da Papua Nova Guiné, onde os homens têm práticas homossexuais em uma fase da vida, não deixando de serem, por isso, considerados homens. Essa prática homossexual permitida e não desqualificadora da masculinidade choca-se com a nossa cultura ocidental contemporânea que considera relações homossexuais como sinal “afeminamento” e não compatível com a masculinidade (CONNELL, 1995:31-2, 43, 47).

Há culturas e situações históricas que a violação de mulheres por homens é ausente ou extremamente rara; onde o comportamento homossexual é a prática majoritária entre os homens em determinado momento do ciclo vital; onde o cuidado dos filhos não é atribuição das mães, mas sim dos velhos, de outras crianças ou de servos; onde os homens não são normalmente agressivos (CONNELL, 1995:47).

“O modelo hegemônico, ‘normal’, de masculinidade é tão predominante que muitos crêem que as características e condutas associadas ao mesmo sejam ‘naturais’” Na realidade, não há a construção de uma única, mas de masculinidades. Reconhecer a possibilidade dos vários tipos de masculinidade, não significa tornar essas variâncias fixas, mas oferecer aos homens atuais a possibilidade teórica de diferenciarem e legitimarem as suas masculinidades entre si. Para Connell, a produção de um tipo particular de masculinidade exemplar requer uma luta política e a derrota de outras alternativas. Influenciado pelos aportes trazidos pelo movimento *gay* desde a década de 1970, afirma haver contradições na e sobre a masculinidade (KORIN, 2001:69; CONNELL, 1995:27, 30, 38, 41).

Para ele, a totalidade das sociedades tem “considerações culturais” de gênero, mas nem todas têm o conceito de masculinidade. Afiança que antes do século XVIII, a relação entre homens e mulheres era diferente, as mulheres não eram vistas como seres inferiores ou incompletos. Mulheres e homens não eram vistos como suportes de diferentes caracteres qualitativamente díspares. Essa concepção acompanhou a ideologia burguesa das “esferas separadas” no século XIX. Para ele, o nosso conceito de masculinidade parece ser um recente produto histórico não possuindo mais de cem anos (CONNELL, 1995:67-8). Sua postura entra em desacordo com que falam historiadores da Antiguidade e do Medievo sobre a feminilidade e masculinidades nas sociedades as quais estudam.

Considera perigoso exacerbar as diferenças entre homens e mulheres, assim como obscurecer as raciais, de classe e de sexualidade, intervenientes em processos identitários pessoais. Contudo, apesar de reconhecer as transversalidades de classe e raça na constituição da masculinidade, não as considera únicas ou os sempre mais significativos intervenientes para explicar a diferenciação intramascular, pois, dentro de um mesmo ambiente cultural ou institucional, podem surgir vários tipos de masculinidades (CONNELL, 1995: 26-7, 36).

O contato com as contribuições da psicanálise e das ciências sociais, assim como com o movimento *gay*, conduzem-no à idéia de um padrão de masculinidade hegemônica em cada sociedade. Portanto, identifica uma política de gênero condutora de relações de aliança, de dominação e subordinação entre as diversas masculinidades. A hegemonia de um padrão de masculinidade não significa que essa possua um controle total sobre todas as outras possibilidades existentes, assim como não possa sofrer as suas crises (). Esse conceito de “masculinidade hegemônica” de Connell vai exercer uma grande influência sobre múltiplas pesquisas que envolvem o estudo sobre homens e masculinidades (CONNELL, 1995:37; FIALHO, 2006:3).

Referências Bibliográficas:

CONNELL, R. W. 1995. **Masculinities: Knowledge, power and social change**. Berkeley/Los Angeles: University of Califórnia Press.

FIALHO, Fabrício Mendes. 2006. Uma crítica ao conceito de masculinidade hegemônica. (Working Papers) 14 p. in: http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2006/wp2006_9.pdf (Acesso em 01/02/2007).

KORIN, Daniel. 2001. Novas perspectivas de gênero em saúde. **Adolescência Latinoamericana**. mar., vol.2, no. 2, p.67-79.

SCOTT, Joan W. 1996. El género: una categoría útil para el análisis histórico. In: **El género: la construcción cultural de la diferencia sexual**. Lamas Marta Compiladora México: PUEG. Disponível em <http://www.cholonautas.edu.pe/modulo/upload/scott.pdf> (Acesso em 09/09/2007)

SCOTT, Joan W. 1990. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez., p.5 Apud: TORRÃO FILHO, Amílcar. 2005. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. **Cadernos Pagu** (24), janeiro-junho, pp.127-152, p. 129.

TORRÃO FILHO, Amílcar. 2005. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. **Cadernos Pagu** (24), janeiro-junho, pp.127-152.